

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Ao 01 dia do mês de dezembro de 2021, às 18 horas e 15 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, os membros do conselho fiscal Ademir Pereira, Ligian Regina Kalvon, Nívia Carla da Fonseca, Márcia Regina Ambrozini Lopes da Silva e Reginaldo Aparecido Naves, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André, do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli, Adelson dos Santos e Ronaldo Nakada, integrantes do Comitê de Investimentos do Instituto para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

### Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião extraordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/11/2022;
- 2) Deliberação sobre a aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2022, em conformidade com a apresentação realizada na reunião ordinária ocorrida em 22/11/2021;
- 3) Apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao terceiro trimestre de 2021;
- 4) Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do segundo quadrimestre do exercício de 2021;
- 5) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião. Pede autorização dos conselheiros para alterar a ordem dos itens, colocando a apresentação do conselho fiscal no item 2 como solicitado, pois alguns membros do conselho fiscal estão em jornada de trabalho e precisarão retornar. Conselheiros sinalizam que sim e item tem ordem alterada.

**Item 01.** Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião extraordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/11/2022 – Sandra lembra que as atas são enviadas previamente

por e-mail para todos os conselheiros para leitura, adendos e alterações prévias. Coloca em deliberação e as atas são aprovadas com unanimidade.

Por problemas técnicos com a apresentação do material, a ordem dos itens é novamente alterada para a resolução.

**Item 02.** Deliberação sobre a aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2022, em conformidade com a apresentação realizada na reunião ordinária ocorrida em 22/11/2021 – A palavra é passada ao Douglas que diz ter um comentário de extrema relevância, diz que saiu, no dia 26 de novembro, a resolução 4963. Diz que ficaram sem entender, que a previdência disse que vai tentar expandir o prazo para aprovar a política de investimento. Diz que veem que não vai alterar muito para a gente, está dentro da nossa estratégia de manter a mantenha renda variável e recuperar os fundos estressados, metade em títulos públicos e o restante em fundos de liquidez. Caso tenham alguma alteração, já corrigem no próprio mês de janeiro/22. Diz que estão vendo como vão entender essa alteração, de repente, podem até colocar algumas travas com relação às instituições. Diz que aquela lista exaustiva, que deu uma boa proteção na visão do comitê, pela experiência que tiveram, ela foi revogada e entra em janeiro. Diz ao conselho que voltam a conversar com alguma eventual adequação que for preciso fazer. Diz que até esse prazo que seria estendido, colocaram para o comitê que vão pedir em reunião, não deram certeza que vão conseguir, então pelo menos já deixam a política aprovada com a legislação que está vigente ainda hoje. Sandra coloca em deliberação e item é aprovado com unanimidade.

**Item 03.** Apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao terceiro trimestre de 2021 – Os problemas com a apresentação do material permanecem, Sandra pede para Ligian continuar mesmo sem o compartilhamento de tela. Ligian diz que estão apresentando hoje o terceiro parecer referentes aos meses de julho, agosto e setembro do exercício de 2021.

- **Receitas** – Diz que aqui nós temos os valores em regime de caixa dos repasses da Prefeitura, da Câmara, ressarcimento de perícias, parcelamento CADPREV e COMPREV. Diz que visualizaram todos os repasses e todos os recolhimentos incluindo os valores dos servidores cedidos do instituto e dos aposentados que ultrapassam o teto.
- **Despesas** – em relação às despesas, elas se mantiveram dentro do esperado. Tivemos dentro do trimestre um aumento de 38 concessões de aposentadoria e 9 processos de pensão, então, em julho, nós tínhamos uma folha de aproximadamente R\$ 11 mi, 1.349 aposentados e fechamos, em setembro, com o valor de R\$ 11,166 mi e 1.387 aposentados. Valor gasto com pensionistas, ativos, conselho e o custo administrativo, basicamente, não foram alterados.
- **Financeiro** – Apresenta uma tabela ilustrativa das receitas e despesas para terem uma visão de um superávit ou déficit. O valor, mensalmente, não tem muita variação. Em agosto houve aumento do superávit que depois os conselheiros verão ser porque tivemos pagamento de cupom de títulos públicos de mais de R\$ 4 mi. Lembra que nesse trimestre tivemos uma queda na renda variável por conta do que está acontecendo no mundo. Nos fundos que performaram positivamente, vamos ver alguns fundos considerados ilíquidos que constam por conta de valorização dos seus ativos, reprecificação no caso, e os outros são fundos bons com performance negativa, estão sofrendo uma pressão com a queda na renda. Diz que em julho foi negativo, em agosto tivemos o rendimento de cupons de títulos públicos no valor de 4.440.000,00 e em setembro foram poucos os valores também. De

acordo com o comitê, setembro foi o pior mês para a bolsa desde março de 2020, no início da pandemia.

Com relação ao parecer técnico:

- CRP - Diz que o Instituto está com o CRP válido até 27/03/2022.
- Cálculo Atuarial – diz que o Instituto está correto perante a lei por conta da adequação da lei 3759 e o aumento das alíquotas.
- Dívida previdenciária – temos 2 parcelamentos, que são termos de acordo, um da dívida anterior e, no mês de julho, a gente já teve a promulgação de uma outra lei, a 3923 de 2021, conforme termo de acordo de parcelamento n° 828 que é o valor daquela dívida referente ao pagamento dos guardas. Foi promulgada em julho e começou a ser paga, acha, que em outubro.
- Receitas e Despesas – houve um superávit no trimestre.
- Previdência – Analisaram os processos de aposentadoria e pensão referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020 e os de janeiro de 2021, totalizando 32 processos de aposentadoria e 5 processos de pensão. Continuam acompanhando as notificações do Tribunal de Contas, lembra que os apontamentos estão sempre relacionados à migração, pagamento de verbas e entendem que tende a diminuir por conta de toda adequação que a gente tem feito, que o pessoal do Instituto tem feito na concessão dessas aposentadorias.
- Carteira de Investimentos – Diz que acompanharam todas as atas do comitê, a monitoração da rentabilidade, fatos relevantes quanto aos fundos ilíquidos, aqueles que vimos que tiveram performance positiva, entendem que isso ocorrem por conta da recuperação de créditos.

Baseado nisso, diz que ela, Nívia e Márcia continuam aprovando as contas com ressalvas, diante da necessidade da regularização das leis 17 e 18/2021. Os conselheiros Reginaldo e Ademir também aprovam por entenderem que o Instituto tem tomando todas as medidas necessárias para a regularização do CRP. Diz que todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria, a dedicação de todos, o empenho dos meninos do comitê e do André em resolver tudo. Por isso aprovam, graças a Deus, com unanimidade as contas desse trimestre. Sandra agradece a apresentação, diz que o parecer do conselho fiscal já está no grupo de WhatsApp do conselho administrativo para leitura mais detalhada, com mais calma e, se houver qualquer questionamento ou qualquer dúvida, os conselheiros colocarão lá no grupo a Sandra repassará ao conselho fiscal. Diz que na próxima reunião coloca em deliberação a apresentação do conselho fiscal. A palavra é passada ao Idu que parabeniza o conselho fiscal pela emissão dos relatórios. Ligian agradece o conselho administrativo pela paciência e apoio. Ademir parabeniza o Douglas e o Adelson pelo CPA-20 conquistada na última semana. Sandra parabeniza o Douglas e o Adelson.

**Item 04.** Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do segundo quadrimestre do exercício de 2021 – Sandra passa a palavra ao Douglas para a apresentação –

Douglas diz estar trabalhando junto com André pra fazer essa transição do nosso controlador interno, muitas das coisas já acompanham e havendo eventual dúvida que ele não consiga tirar, registrará e manda para todo mundo por e-mail para esclarecimento até ele voltar a ter um acompanhamento bem mais próximo como o assunto merece.

#### 1. Despesas



- a. Folha de Pagamento dos Aposentados: há um crescimento vegetativo devido ao número de aposentados. Começamos janeiro com 1276, desde o início do ano tivemos mais de 100 aposentados até o mês de agosto. Crescimento normal do Instituto, sem nenhuma surpresa, a única surpresa que a gente tem foi um pouco, no início, o adiantamento de janeiro que é uma política que o Pauliprev pode fazer, quando autorizado pelo conselho administrativo, que faz aquela antecipação da primeira parcela do 13° e depois, em junho, que foi um adiantamento da primeira parcela do 13° que o Poder Executivo decidiu todos os servidores.
- b. Folha de Pagamento dos Pensionistas: Douglas diz ser uma folha praticamente constante, há variação só quando há evento de morte. As variações são justificadas pelo pedido de adiantamento para primeira parcela do 13°.
- c. Folha de pagamento dos conselheiros: se manteve constante, diferença no quadrimestre anterior por causa da data da reunião com o fechamento da folha de pagamento e, por isso, março foi menor e o de abril proporcionalmente maior.
- d. Folha de pagamento dos servidores ativos do Pauliprev: constante e até decrescente, por motivos de férias e o desligamento do servidor do T.I.. Há deslocamento da curva por motivos de férias e antecipação do 13° salário.
- e. Custo administrativo: manteve-se o custo anual. Há solavancos e uma tendência de queda. Esse item considera as oscilações na folha, enquadra vencimentos e vantagens pessoais e os adiantamentos do mês de janeiro. Relativa estabilidade.

## 2. Receitas

- a. Repasses de Contribuições Previdenciárias: repasse das contribuições é mesma coisa, separada por segurado, patronal e também os aportes. Diz que os aportes são constantes, eles mudam ano a ano, mas durante o ano eles são constantes. O patronal e dos segurados vai depender da folha de pagamento do ente. Há variações nos meses de junho e julho com maiores contribuições com o pagamento de décimo terceiro e também dos abonos de correção salarial que ocorreu no mês de julho para todos os servidores. De junho pra julho estávamos numa média de R\$ 13 mi e em julho para agosto ela sobe a R\$ 15 mi. Diz que o aporte vai anualmente aumentando conforme o desenho atuarial aprovado em lei.
- b. Compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais: já está sendo considerado o COMPREV, o parcelamento de multas e juros que a gente está vigente, parcelamento de principal mais o convênio de perícias. Lembra que o convênio de perícias foi necessário porque, inesperadamente, a reforma 103/2019 pediu que o serviço fosse feito pelo ente, foi feito um convênio e a Prefeitura devolve esses recursos para o Instituto para custear a folha de pagamento do pessoal da perícia que presta o serviço de perícia para a Prefeitura. Totalizando as receitas de, mais ou menos, R\$ 1.194.000,00. R\$ 790.000, alguns meses até um pouco a mais outros menos de COMPREV está constante, Douglas diz ser até uma preocupação porque não está tendo compensação. Diz que o Ronaldo tem feito um belo trabalho junto com o Adelson na compensação para entender o processo de compensação. Diz que ele é simples, mas exige muita atenção, qualquer deslize volta tudo. Os meninos estão conseguindo entregar um belo trabalho, vários processos já esperando, só que não tem análise por parte do ente que seria o INSS e se não tem, o nosso valor acaba ficando estável. No mês de agosto, como a Ligian destacou, recebemos em setembro, veio dobrado no mês de

setembro. Diz que alguns ajustes são via sistema, mas não perdemos a receita ela entrou depois no mês de setembro. Quanto aos parcelamentos, a prefeitura está em dia com os parcelamentos, pagando na data de vencimento que é todo dia 25, até o momento são os juros próprio das parcelas, não tem atrasado, não tem nos dado nenhuma dor de cabeça nesse sentido, está cumprindo fielmente os 2 parcelamentos que temos.

### 3. Saldo Financeiro

- a. Relação entre receitas e despesas: destaca que superávit financeiro são as entradas e saídas do mês, diferentemente do superávit atuarial. Nosso caixa é superavitário. Houve mais saídas que entrada em junho por causa dos pagamentos do adiantamento geral da primeira parcela do décimo terceiro.

### 4. Investimentos

#### a. Patrimônio Líquido:

- i. Grau de Liquidez: diz que sofremos bastante com a bolsa este ano. Temos estimativa de longo prazo, a gente tem prazo, tem tempo hábil, horizonte de investimento para esperar essa retomada da renda variável. Diz que a gente não precisa executar esse prejuízo agora, mas ele afetou nossos resultados deste ano. Tivemos pouquíssimas movimentações, no mesmo mês de setembro e outubro tivemos a compra de títulos públicos para ter proteção de IPCA na carteira. Diz que estamos tendo tanto oscilação nos fundos de liquidez, que a taxa de juros acaba por vez impactando negativamente os títulos marcados a mercado dentro dos fundos, como nos de renda variável também estamos sofrendo um pouco. Diz que no início do ano tínhamos R\$ 223 mi, foram feitas algumas recuperações ao longo do ano, mas se mantém em carteira ainda R\$ 212 mi considerando os estressados. Diz que enquanto a gente tem um ganho até positivo que se reverte entre setembro e outubro, a nossa posição líquida subiu a R\$ 1,147 bi em junho. Diz que a gente tem uma perda agora de valorização da renda variável principalmente, é o grande carro chefe para baixo, mas como a gente tem longo prazo não compensa a gente realizar esse prejuízo agora, podemos com estratégia aguardar o melhor momento até pra gente, futuramente, quem sabe, conforme o cenário, quando chegar essa época, reverter totalmente para renda fixa e dosar melhor renda variável e renda fixa.
- ii. Enquadramento Legal: tivemos pouquíssimas movimentações nesse ano, basicamente, foi a compra de títulos públicos que nós fizemos no mês de setembro e outubro, sem novidades. Diz que mantemos toda a oscilação que a gente vê, por exemplo, de Tesouro, a oscilação de mercado. Diz que correram atrás pra fazer toda a marcação na curva visando estabilidade na carteira. Estão avaliando se vai valer a pena porque como os juros voltou a ficar ali parado e o que a gente tem é muito pouco que vai acrescentar à carteira pelo desgaste que a gente tem. Deixa claro que essas oscilações não tiveram movimentações, são marcação a mercado dos próprios ativos, sem nenhuma aventura neste ano, há muita volatilidade. Diz que estão tentando ser cautelosos com fundo conservador, renda fixa e, assim que nossa renda



variável voltar a mostrar recuperação, começam a reduzir a dose conforme expectativa.

- b. Aplicações e Resgates: diz que aplicam os recursos vindos da prefeitura em fundos D.I., estamos utilizando basicamente Santander por causa do sistema da folha de pagamento nosso que é do Santander, e resgatam para pagar os benefícios, fornecedores, servidores ativos do próprio instituto, os pensionistas. Basicamente os gastos são bem operacionais. Lembra que toda movimentação tem uma análise do comitê com algumas opções, vai pro conselho administrativo, é fiscalizado depois pelo conselho fiscal e esse ano foi sem grandes movimentações, apenas para cumprir nossas obrigações com os servidores.

#### 5. Previdência e Perícias

- a. Protocolos: protocolos de atendimentos realizados, a maioria é simulação de aposentadoria. Douglas diz que o Instituto atingiu mais de 1.500 atendimentos esse ano entre presencial, agendado, não agendado e telefônico.
- b. Atendimentos: o principal atendimento é pedido de simulação seguido por atendimento de juntada de documentos. Apresenta o número dos atendimentos separados por tipo de atendimento, uma média de 350 a 400 atendimento por mês.
- c. Aposentadorias e pensões concedidas: destaque no mês de maio, mas a média está abaixo de 18. Douglas diz que olhando esses números a gente consegue entender porque o aumento da folha de aposentados.
- d. Auxílio doença: os principais atendimentos são por psiquiatria seguido por ortopedia. Por secretaria, o destaque é para saúde, educação e segurança.

#### 6. Administração Geral

- a. Compras diretas: há alteração no material de expediente, material de escritório porque, às vezes, é feita compra para 3 meses para conseguir ter escala no preço. Traz um pouco do que foi gasto com o consumo do dia a dia.
- b. Contratos Fixos: sem grandes novidades. Todos os contratos aprovados pelos conselhos.
- c. Contratos variáveis: basicamente são os que conseguimos ter uma estimativa, mas dependem do consumo.

Eliete pergunta se o contrato de digitalização terminou. Douglas diz que o André deve saber as quantidades exatas, mas o contrato foi aditado. Eliete diz que a extensão do contrato passou pelo conselho. Perguntou se esse serviço é uma coisa que deverá acontecer sempre. Douglas diz que a ideia é treinar internamente, mas com o volume de trabalho, também não querem parar o Pauliprev para digitalizar. A ideia é em 6 meses, 1 ano, o Instituto fazer e acabar com esse custo. Como haviam 21 anos de arquivo para digitalizar e, inclusive, as 300 mil cópias iniciais não foram suficientes. André complementa que houve o contrato inicial mais o aditamento em 25% que é o que era possível. Diz que previam uma demanda, mas nos últimos 2 anos temos acumulado uma quantidade grande de processo o que, naturalmente, trouxe a necessidade de rediscutir. A ideia era, desde o início do primeiro contrato, dar cabo da demanda e, posteriormente, começar a operacionalizar internamente. Mas diz que ficamos refém da demanda porque se temos muita demanda, por exemplo, como estamos tendo na área previdenciária, não é possível deslocar ninguém da área previdenciária para a digitalização de processos por estarem em cálculos e procedimentos. Diz que tem administrado essa contratação e não é descartado que para terminar o



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, followed by initials 'JG', 'Adm', 'DHS', and several other illegible signatures and initials.

exercício não precisemos fazer uma nova contratação, mas isso seria para o ano que vem e ainda será estimado. Diz ser uma relação de custo benefício que precisam fazer pontualmente em cada evento. Eliete cogita a possibilidade do Instituto ter um guardinha. André diz que essa questão do office-boy ou estagiário, ele já chegou a discutir com a Prefeitura, mas há algumas restrições a respeito disso. Talvez, no futuro, e já pediu para a procuradoria analisar a possibilidade de ser feito um convênio com instituições, pode ser uma demanda. Diz que uma outra possibilidade que precisam discutir no futuro é a questão da recepção do Instituto, como ela vai ficar porque hoje temos uma pessoa que foi contratada para fazer previdência e está na recepção. Naturalmente, as necessidades da Autarquia vão aumentar se considerarmos que temos 1/5 dos servidores como segurados e o restante está na ativa. Conforme esse grupo de pessoas forem vindo para a autarquia, essas necessidades vão aumentar. A palavra é passada ao Fábio, diz que sobre a fala da Eliete quanto à digitalização, praticamente, só vai aumentando. Diz que para ser feito no Pauliprev, vai depender muito dos equipamentos. Às vezes, os equipamentos que estão locados são mais para impressão do que para digitalização. Numa próxima, precisam pensar em criar uma tabela de temporalidade, há coisas que podem até ir descartando por não serem mais necessários conforme as normas do CONARC. André diz que em relação à tabela de temporalidade, o Fabiano já está incumbido desse estudo. Já está sendo estudado, a nível de setor de compras, licitações e contratos, exemplos de como foi aplicada a tabela para verificação de quais e a temporalidade do descarte dos documentos físicos. Fábio diz que pode auxiliar o Fabiano. André agradece.

- d. Despesa com fornecedores: há uma certa estabilidade, estão tentando manter os gastos.

Sandra diz que quando Douglas disse dos atendimentos, faltou uma estatística da parte de atendimentos dos conselheiros porque fazem muito questionamento para o Instituto, porque são utilizados como ferramenta de informação do servidor, e acabam usando isso como um atendimento também. Acha que poderiam pensar em quantificar isso, não deixa de ser uma forma de atendimento prestado pelo Instituto. Sobre a ouvidoria, pergunta se esse canal tem tido funcionalidade. Diz que deliberaram um aditamento de contrato para locação de veículo e depois o André disse ser prudente não fazer o aditamento por conta de valores e necessidade ou não do Instituto. Pergunta ao André como está o contrato do veículo por ele ter entrado nos custos de contratos do relatório gerencial, mas, até então, para ela, esse contrato estava suspenso. André diz que vai verificar nessa planilha a questão do contrato, diz que não temos contrato locação de veículo. Por conta da redução de necessidade, por conta da pandemia, foi suspensa essa questão. Diz que estão com muita dificuldade para discutir essa contratação de Uber porque é complexa a celebração de contrato, não encontraram jurisprudências. Voltarão a discutir conforme a demanda do Instituto aumentar, por enquanto, em relação ao uso de veículos, tem feito uma logística de se ele estiver indo à Prefeitura, ele leva a documentação, outros servidores que se deslocam acabam fazendo com veículo próprio. Disse que vai verificar essa informação, não há contrato vigente. Douglas diz que o indicador do contrato de locação de veículo está identificado com a cor verde claro que zerou a partir de abril. Eliete diz que sobre a locação de veículos, entende a questão de, de repente, não ter tanta necessidade e ser possível se mobilizar como estão fazendo, lembra que a equipe da saúde precisa fazer, muitas vezes, visitas domiciliares. Pergunta ao André o que foi pensado nesse sentido. André diz que há algumas possibilidades, na falta da contratação e havendo a necessidade, nada impede que seja usado o recurso do adiantamento, por exemplo, dentro da premissa para aprovações que fazem com a prestação de contas posterior, para que a pessoa se desloque em uma urgência. Diz que há a possibilidade de, em vez de fazer uma locação mensal de veículo com maior custo, determinando a logística da necessidade da rotina, podem locar a diária

de veículos. Diz que não está descartado e continuam analisando a questão. O que não querem fazer é uma contratação com dispêndio de recursos que depois se demonstrem desnecessários porque, mesmo sendo de baixa monta, são recursos utilizados, às vezes, desnecessariamente na questão da utilização mesmo. Lembra que o veículo ficou parado durante muito tempo, às vezes, para utilização em apenas um dia da semana, mas pagávamos o mês todo. Diz não está descartado e, para cada necessidade há avaliação. Diz que fazem essa discussão, sempre partindo do departamento de licitações e contratos que, inclusive, na semana passada o enviou uma C.I. a esse respeito. Sobre a outra pergunta da Sandra, com relação a ouvidoria, diz que a ouvidoria do Pauliprev não é usada como ouvidoria. Fatalmente, as demandas não são de críticas e nem de elogios, são de perguntas, de consultas, de como fazer em determinadas situações. Se misturam com os e-mails do [beneficios@pauliprev](mailto:beneficios@pauliprev) que é do Recursos Humanos, do [contato@pauliprev](mailto:contato@pauliprev), da [previdencia@pauliprev](mailto:previdencia@pauliprev) e, muitas vezes, as sugestões, críticas e elogios chegam pra ele no telefone pessoal, WhatsApp. Diz atender 2 a 3 servidores por dia. Diz que a questão da ouvidoria ainda não “pegou” para o Pauliprev. Hoje, diz que temos muito menos reclamações e as que temos recebido são de casos pontuais e, normalmente, justificáveis como problema na CTC, no PPP... Diz que minimizaram muito as reclamações e isso pode ser um reflexo da redução do tempo para a concessão de aposentadoria que, hoje, caminham muito mais rapidamente, são priorizadas e, com a correção das rotas, tratar adequadamente falando a verdade das questões. Acredita que a verdade pode ser amarga, mas tem que ser a verdade. Nenhum servidor pode sair do Pauliprev e daqui a 3, 2 anos, por conta de um apontamento do Tribunal e Contas e falar: “fui enganado pelo Pauliprev”. Pode existir o apontamento, mas com certeza o segurado vai ter sido orientado sobre esse apontamento do Tribunal que pode vir. A exemplo, a questão da migração de 2011, um imbróglio que fazemos gestão para solucionar, mas que há 5 anos que essas aposentadorias são concedidas e, até hoje, não tivemos um único registro. Diz que a questão da ouvidoria se mistura um pouco nesse contexto todo, então acaba tendo um número pequeno porque há uma distribuição daqueles processos, que seriam de ouvidoria, nos outros canais de atendimento da Autarquia. Eliete diz que uma outra coisa que ficará para a próxima gestão é a questão do aluguel. Já foi discutido várias vezes, a Sandra já passou sobre esse assunto e, hoje, ele corresponde a 34% do gasto mensal do Instituto. Acha ser um valor muito significativo, a nível de ano, então, para a próxima gestão, poderia se pensar com afinco sobre essa questão da nossa sede. André diz ser bem pensado e a nível de conhecimento, na semana passada estudaram a questão do aluguel, o quanto compensa para o Instituto investir na construção que seja justificado, a nível de despesa, porque a rentabilidade dos nossos recursos seja menor. No estudo feito pelo Douglas, com o acompanhamento do Brunno, hoje, utilizando como referência os Institutos de Previdência de Barueri e de Jundiaí, gastaram entre R\$ 4,1 mi a R\$ 4,6 mi de construção. Um parâmetro de estimativa, não que a construção do Instituto seria nessa monta. E, o cálculo baseado na rentabilidade do título público, demonstra que, baseado no valor do aluguel local, compensaria para o Pauliprev o investimento em construção, extraindo os recursos das aplicações financeiras líquidas, em torno de R\$ 1,7 mi, que arredondando pra R\$ 2 mi seria metade do valor. Diz ser uma necessidade e será, provavelmente, um objetivo que deverá fazer parte do planejamento da Autarquia para os próximos anos. Lembra que tivemos 2 eventos que nos prejudicaram nessa demanda, o primeiro é a pandemia, o segundo é a ADIN da migração de 2001 que, em seu estudo financeiro, demonstra que não só a municipalidade, mas também a Autarquia, teriam um problema monstruoso e a Autarquia estaria fadada à falência. Esses eventos tiraram o foco daquele investimento que poderia ser postergado. Diz que ficará para a próxima gestão elementos suficientes para a tomada de decisão, inclusive, diz que as informações que está passando aos conselheiros são de conhecimento do Ministério Público local, pois encaminhou um ofício





recentemente passando essas informações, até por conta da proximidade das próximas eleições. Diz que já discutiram que ser servidor público não é sinal de competência, capacidade, honestidade e nem de comprometimento com a Autarquia. Hoje, o Ministério Público tem conhecimento de unidades de referência que se apropriaram com projetos arquitetônicos, inclusive, que podem ser consultados nos portais da transparência dessas autarquias de referência. Diz que enviou esse estudo relacionando investimento, custo comparativamente com o valor do aluguel que pagamos. Eliete pergunta se poderão ter conhecimento desses dados enviados ao Ministério Público. André diz que pode passar, mas não pode divulgar abertamente por conter outros elementos. Diz que pode montar algo menos técnico para encaminhar. Diz que esse assunto não está esquecido e deve ser objetivo para o futuro e a questão vai ser quando esse futuro vai se concretizar, é um projeto de médio prazo. Lembra que a última tentativa disso não foi uma tentativa muito transparente e muito menos justa. Eliete diz que esse é o motivo da pergunta, uma forma de amarrar isso de uma forma que possa caminhar pra uma coisa pro bem, com valor normal e não absurdo. André diz à Eliete que estão tomando alguns cuidados, até com órgãos de fiscalização, para que não corram riscos no futuro. A palavra é passada à Nara, diz que além da preocupação do custo real da construção, há uma falha que muitas vezes veem e que depois encarece tudo: nunca pensar na manutenção predial diária que esse prédio vai exigir. Pergunta se é possível, ainda que não tenham ainda uma sede própria, uma real noção do quanto se gasta para manter o prédio alugado e se é possível de projetar a manutenção da sede própria. André diz que esse tema compõe todo o processo de construção de uma ideia de edificação. Diz à Nara que o primeiro aspecto é “o quanto eu pago na locação”, “qual é a despesa de manutenção” e “qual foi o meu investimento para fazer a adequação”. Diz que iniciou as atividades na prefeitura na saúde, em 1995 / 1996, trabalhava por 16 horas por dia a pedido de uma ex-secretária de saúde do município, a pedido de uma ex-diretora da secretaria de saúde para ele se empenhar para que a construção do prédio antigo do Pronto Socorro Municipal fosse inaugurado antes das eleições que elegeu o sucessor do Edson Moura. Diz que o prédio foi edificado e inaugurado e, em menos de 10 anos depois, foi jogado abaixo para a construção do hospital que não termina. Diz que, mais cedo ou mais tarde, o Pauliprev vai passar por essa situação e cabe a todos nós, segurados, a fiscalização. Diz que a manutenção predial no Instituto hoje é de baixa monta, o prédio pode não ser completamente adequado para as atividades, embora tenha melhorado muito, é de baixa monta. Diz que “brigam” muito com o proprietário e imobiliária para a divisão dos valores. Diz que precisam pensar na boa utilização do recurso público, inclusive, na perspectiva da construção predial que sempre deve levar em consideração o quanto de recurso vão despender e o quanto esse recurso rende se colocarem em uma aplicação conservadora, líquida e que possam resgatar a qualquer tempo, como os títulos públicos. Acha que segue esse caminho, sem determinarem prazo, tornarem como meta e fiscalizarem como segurados. Sandra diz que a manutenção predial, a conservação do prédio, independentemente de ser locado ou próprio, é um custo que sempre vai existir. De fato e de direito, a construção da sede própria, com todos os estudos, com tudo o que o André apontou, vai ser a melhor opção. A palavra é passada ao Fábio, diz que tem a construção e depois há também a mobília, pode ser que uma parte aproveite. Eliete diz que a mesa de reunião tem que levar, há uma história traumatizante. Fábio diz que também as cadeiras. A palavra é passada ao Idu que diz que a manutenção sempre vai existir, independe se é prédio próprio ou de aluguel, sempre haverá a manutenção. Acha que não é o que vai deixa-los construir. Diz que o André coloca muito bem a questão do estudo, acha que tem que analisar mesmo, ele fez parte, lá atrás, da época do ex-prefeito, do presidente que queria construir. Diz que o pensamento vai muito de cada um, de que forma será feito isso e qual a intenção de fazer isso. Diz que sempre foi favorável para a construção da sede, ajudou na aprovação da doação do terreno ao Pauliprev, mas não apoiou na hora da construção. Diz que,

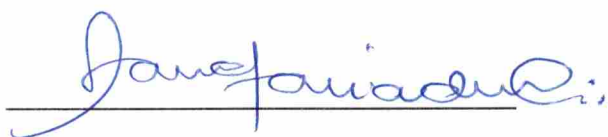


inclusive, apresentou um projeto menor para ver se passava, de 1.800 metros quadrados. Naquele momento político independia muito da reação, mas era necessária para que aquilo não continuasse, era o estilo de governo da época. Acha que terão que fazer escolha na hora de votar, quem vão colocar para comandar. Diz que a CAMPREV fez uma sede e gastou uma boa grana também, seria bom buscar para verem o orçamento, o quanto custou a sede deles. Parabeniza as colocações do André. Sandra diz que Campinas deve ter feito uma sede muito maior do que a necessidade do Pauliprev e por isso não foi usada como referência pela proporção do Instituto. Edson diz que antes do prefeito ter colocado o Pauliprev nas mãos do servidor, tinham uma imagem assim “eu vou fazer uma construção que me beneficie ou que beneficie a Pauliprev e os interesses dela?”. Mas hoje, com a Pauliprev literalmente no comando dos servidores, com a administração responsável que tem, acha que, passando esse momento que o André bem colocou da situação da migração, terão boas novidades com relação a isso.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos, e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:02h.

Paulínia, 01 de dezembro de 2021



Sandra Ariadne Casassa  
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz  
Conselheiro Administrativo

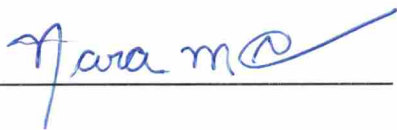


Fabio Ceconelo  
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro  
Conselheiro Administrativo

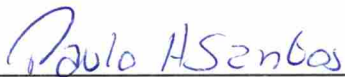




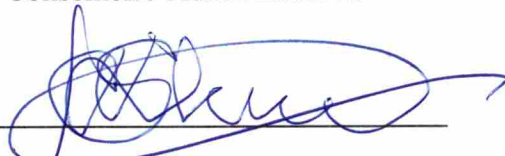
Nara Moretti  
Conselheira Administrativa




Erick Santos Paiva  
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos  
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima  
Conselheira Administrativa



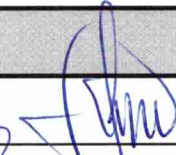
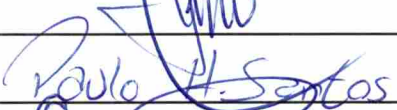
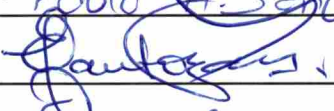

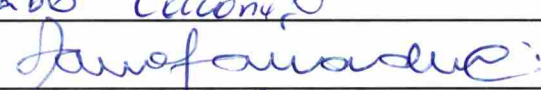
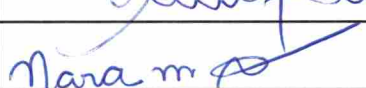
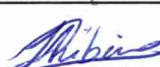
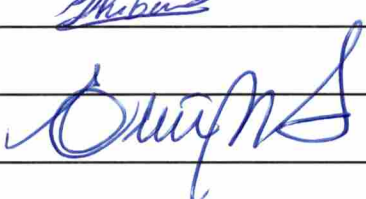
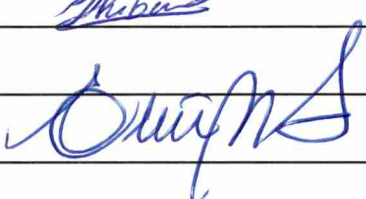
Eliete Maria da Silva  
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
**01 de dezembro de 2021 – 18 horas – Reunião por Teleconferência**

**Reunião Ordinária**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	

**PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

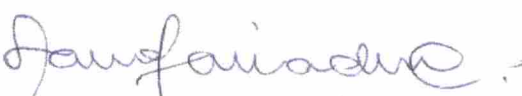
**DATA: 01/12/2021 às 18:00h**

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião extraordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/11/2022;
- 2) Deliberação sobre a aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2022, em conformidade com a apresentação realizada na reunião ordinária ocorrida em 22/11/2021;
- 3) Apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao terceiro trimestre de 2021;
- 4) Apresentação do Relatório Gerencial Quadrimestral do segundo quadrimestre do exercício de 2021;
- 5) Assuntos diversos



Paulínia, 29 de novembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA  
Presidente do Conselho Administrativo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2021, as 17h00min, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos e **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação referente aos meses de **julho, agosto e setembro do exercício de 2021**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2021 constatamos os devidos **REPASSES** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (conforme Lei n. 3738 de 23/12/2019); dos recursos provenientes do COMPREV e dos valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). Todos os comprovantes como APR' s, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2021 Regime de Caixa	REPASSES		RESSARCIMENTO PERÍCIAS (*)	PARCEL. CADPREV	COMPREV
	PMP	CÂMARA			
JUL	<b>13.111.300,20</b> 4.230.607,21	<b>258.810,20</b> 77.944,48	44.057,30	410.963,82 011/200	792.595,92
AGO	<b>14.299.054,20</b> 4.230.607,21	<b>243.490,40</b> 77.944,48	58.113,11	416.850,93 012/200	792.595,92
SET	<b>14.224.527,00</b> 4.230.607,21	<b>275.727,52</b> 77.944,48	44.472,17	422.467,77 013/200	792.595,92

(\*) Ressarcimento Perícias – Convênio SMRH 001/2020

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, sendo que conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia.

## II. DESPESAS

As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 38 (trinta e oito) concessões de aposentadoria e 09 (nove) processos de pensão no trimestre.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>

Mês 2021	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	ATIVOS	CONSELHO	CUSTO ADM
JUL	10.966.046,81 (1349)	710.064,24 (123)	282.970,09 (31)	33.919,90	397.623,40
AGO	10.993.768,36 (1371)	768.381,86 (131)	270.997,51 (31)	33.919,90	387.530,62
SET	11.166.235,22 (1387)	733.473,73 (132)	289.322,00 (31)	33.919,90	399.383,62

2021 (*)	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
RECEITAS (Exceto orçamentárias valorização investimentos) extra e de	15.186.422,28	20.792.680,49 (**)	16.292.924,54
DESPESAS	12.096.392,24	12.149.680,84	12.299.092,57
<b>SALDO FINANCEIRO (*)</b>	<b>3.090.030,04</b>	<b>8.642.999,65</b>	<b>3.993.831,97</b>

(\*) Tabela meramente ilustrativa para fins de visualização de saldo financeiro aproximado.

(\*\*) Remunerações dos Regimes Próprios

### III. FINANCEIRO

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
<b>JULHO</b>	<b>1.350.678.591,90</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>1.340.714.251,05</b>
<b>SETEMBRO</b>	<b>1.328.107.711,75</b>

A maior parte do patrimônio do instituto continua alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional.

VALORIZAÇÕES E DESVALORIZAÇÕES		
<b>JULHO</b>	Firf PYXIS +8,12%	Incentivo Multisetorial -14,25%
	Santander Instit.RF +0,67%	Icatu Vang. Div. FIA -4,91%
	TMJ IMA-BFI RF +0,58%	Bradesco Selec -4,87%
<b>AGOSTO</b>	Infra Saneamento +1,85%	Bahia BBM Valuation -5,24%
	Santander Instit RF +0,88%	Tower Bridge RF FI -4,42%
	Firf PYXIS +0,82%	FI Multi Scuptor -3,31%
<b>SETEMBRO</b>	Infra Saneamento +1,85%	TMJ IMA-B -13,56%
	Títulos Públicos +1,02%	Bradesco Selection -8,28%
	Santander Instit RF +0,88%	Itaú Momento 30 -7,85%

A variação da carteira no mês de julho foi negativa com recebimento de rendimentos do Fundo HAZ FII – R\$ 42.419,69, Infra Real Estate FII – R\$ 3.856,17 e amortização do Fundo Infra Real Estate FII – R\$ 7.451,67.

No mês de agosto a variação também foi negativa influenciando na renda variável. Houve recebimentos de distribuição de rendimentos do Fundo Infra Real Estate FII – R\$ 2.123,65 e amortização do mesmo fundo no valor de R\$ 4.967,78, além da amortização do Fundo TMJ no valor de R\$ 205.361,97 e rendimentos de cupons de títulos públicos no valor de R\$ 4.440.249,79.

Em setembro a variação continuou a ser negativa devido à queda dos ativos atrelados a renda variável, uma vez que o Ibovespa encerrou o mês com queda de 6,57%. De acordo com o Comitê de Investimentos, setembro foi o pior mês para a bolsa desde março de 2020, no início da pandemia da covid-19. Houve amortização do Fundo Infra Real Estate FII – R\$ 4.967,78 e distribuição de rendimentos do mesmo fundo no valor de R\$ 2.163,26.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Mauricio' and 'RHS']*



FUNDO	ABRIL	MAIO	JUNHO	ENQUADRAMENTO
<b>Renda Fixa - Artigo 7º, Inciso IV a.</b>				
Santander RF Ativo FIC	41.544.406,77	41.638.918,32	41.765.984,17	<b>210.504.269,65</b> 15,85%  Limite 40%
Inst. ALOC DinamicII	69.450.778,38	69.663.659,10	70.246.690,31	
Santander Inst. RF DI	9.739.439,54	10.720.869,72	11.503.373,59	
BB Prev Perfil	68.370.952,93	73.001.385,88	77.661.991,59	
TMJ IMA B FI RF	10.931.369,46	10.790.150,07	9.326.229,99	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso III a</b>				
FIRF PYXIS Inst IMAB	7.531.247,71	7.593.077,67	7.519.375,41	<b>32.623.133,39</b> 2,46% Limite 60%
Tower RF FI IMAB-5 II	11.647.555,17	11.641.822,44	11.676.876,71	
Tower RF FI IMAB-5	14.065.769,71	13.444.009,41	13.426.881,27	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso I, b</b>				
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	270.778.322,93	267.414.059,75	268.717.273,70	<b>420.416.687,81</b> 31,66% Limite 100%
Alocação AT RF Previd.	150.600.272,97	153.036.782,33	151.699.414,11	
<b>RENDA FIXA - Art. 7º, Inciso I a</b>				
Carteira Longo Prazo NTN-B	197.281.599,26	192.963.262,96	194.948.854,18	<b>194.948.854,18</b> 14,68% Limite 100%
<b>CRÉDITO PRIVADO - Artigo 7º, Inciso VII b</b>				
Piatã RF LP	16.578.303,11	16.555.051,94	16.533.807,36	<b>16.533.807,36</b> 1,24% Limite 5%
<b>RENDA FIXA FIDC - Artigo 7º, VII, a</b>				
GGR Prime I FIDC	11.063.628,78	11.061.614,18	10.797.869,50	<b>41.024.192,94</b> 3,09%  Limite 5%
Illuminati FIDC	11.063.628,78	23.558.167,29	23.661.621,41	
LEME Fidc Senior	5.665.024,38	5.651.366,61	5.678.686,35	
BBIF Master FIDC LP	167.776,83	167.184,26	166.576,81	
Incentivo Mult. A/B	734.900,28	729.660,43	719.438,87	
<b>MULTIMERCADO - Artigo 8º, Inciso III</b>				
FI Multimercado SCULPTOR	37.001.498,60	35.776.751,08	35.901.596,08	<b>35.901.596,08</b> 2,70% Limite 10%
<b>IMOBILIÁRIO - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Hazz	12.510.787,32	12.519.959,16	12.537.878,00	<b>26.297.271,80</b> 1,98% Limite 5%
BR Hotéis FII	12.651.569,60	12.634.459,17	12.618.153,24	
Infra Real Estate FII	1.151.663,13	1.145.016,12	1.141.240,56	
<b>FIP - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Infra Saneamento	15.550.497,64	15.838.451,84	19.294.524,39	<b>52.479.620,83</b> 3,95%  Limite 5%
W7 FIP/Infratec	2.109.202,84	2.106.201,11	2.104.160,18	
FIP/Ático G Empres	609.711,30	602.225,58	599.157,26	
Ático Florestal FIP	4.308.525,36	4.305.017,88	4.301.670,43	
FIM FP1/FP2 LP	25.024.808,68	25.024.766,12	25.025.697,29	
Ático Ger. Energia	1.161.470,15	1.157.940,77	1.154.411,28	
<b>AÇÕES - Artigo 8º, II</b>				
Geração FIA	41.876.364,08	40.591.824,32	38.000.827,66	<b>297.378.277,71</b> 22,39%  Limite 25%
Momento 30	48.940.467,21	48.271.544,65	44.479.894,13	
Bahia BBM Val II FIC F	42.564.802,67	40.333.937,63	37.754.767,87	
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	52.746.656,94	51.190.785,83	47.809.071,78	
Itaú Ações Dunamis FIC	76.193.628,81	74.513.397,14	69.653.797,43	
Bradesco FI Ações S	66.580.583,24	65.070.930,29	59.679.918,84	

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de JULHO, AGOSTO e SETEMBRO de 2021.

## PARECER TÉCNICO

### 1. CRP

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/03/2022 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 201013.

### 2. CÁLCULO ATUARIAL

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### 3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia.

Também houve promulgação da Lei 3923/2021 que dispõe sobre o parcelamento de débitos em até 60 parcelas nos termos do acordo nº 828/2021, conforme publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1.667, de 23/07/2021, <http://www.paulinia.sp.gov.br/uploads/semanarios/1667.pdf>.

### 4. RECEITAS X DESPESAS

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário em relação as despesas de mesma natureza no terceiro trimestre.

### 5. PREVIDÊNCIA

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e pensões referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020 e os de janeiro de 2021, totalizando 32 processos de aposentadoria e 05 processos de pensão; acompanhou as notificações do TCU, sendo que os apontamentos estão relacionados a: migração de servidores para o regime próprio, irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço). No entanto, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas nesses apontamentos, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. Salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including a large signature, the name 'Mariane', and other initials.

## **6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

O conselho acompanhou a postura do comitê no trimestre que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, alguns tiveram performance positiva, uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos. Devemos salientar importantes amortizações e rendimentos de títulos públicos, mas também a precificação de ativos.

### **CONCLUSÃO DO PARECER**

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do terceiro trimestre em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001. Importante registrar que se faz necessária a regularização dentro dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto a fragilidade das referidas leis.


Os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP, vem sendo tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.


Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores.

Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas dos meses de julho, agosto e setembro do exercício de 2021.

Paulínia, 22 de novembro de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal

---

# RELATÓRIO GERENCIAL

**3º e 4º Bimestre – 2021**

Maio/2021 e Agosto/2021



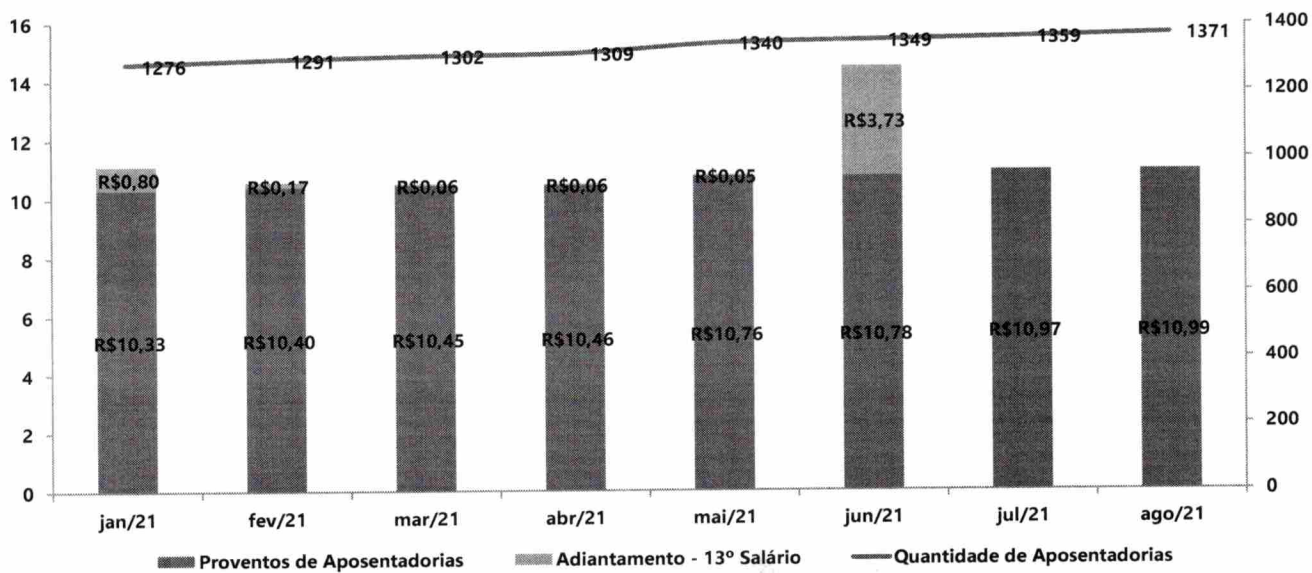
**Finanças e Orçamento**

---

## DESPESAS

### Folha de Pagamento - Aposentados

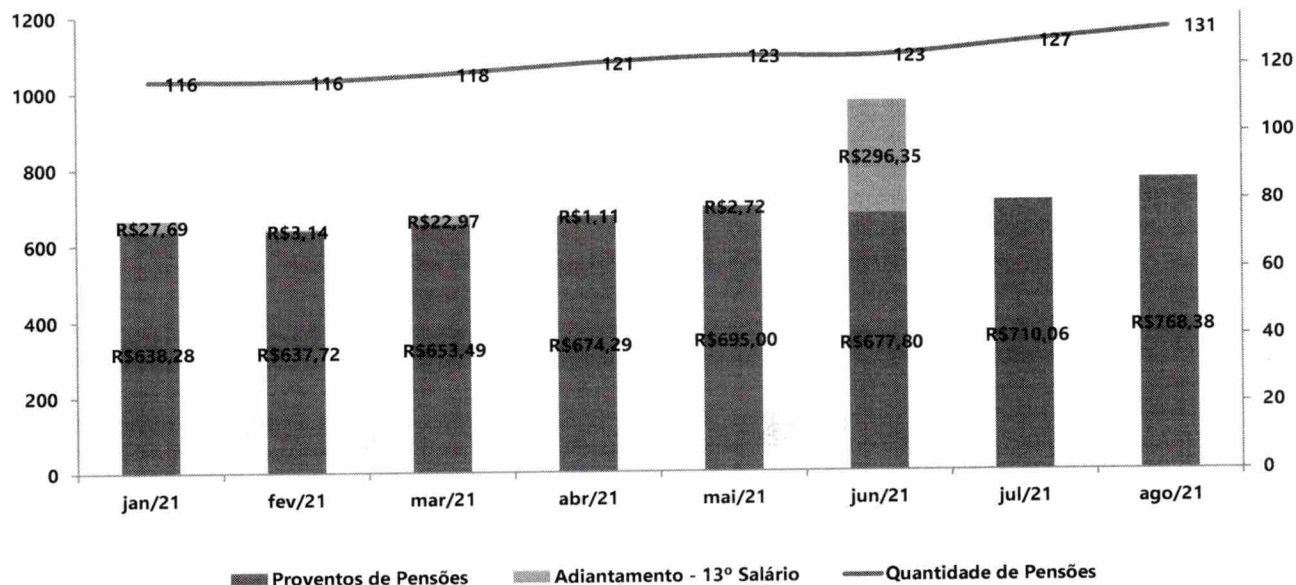
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento - Pensionistas

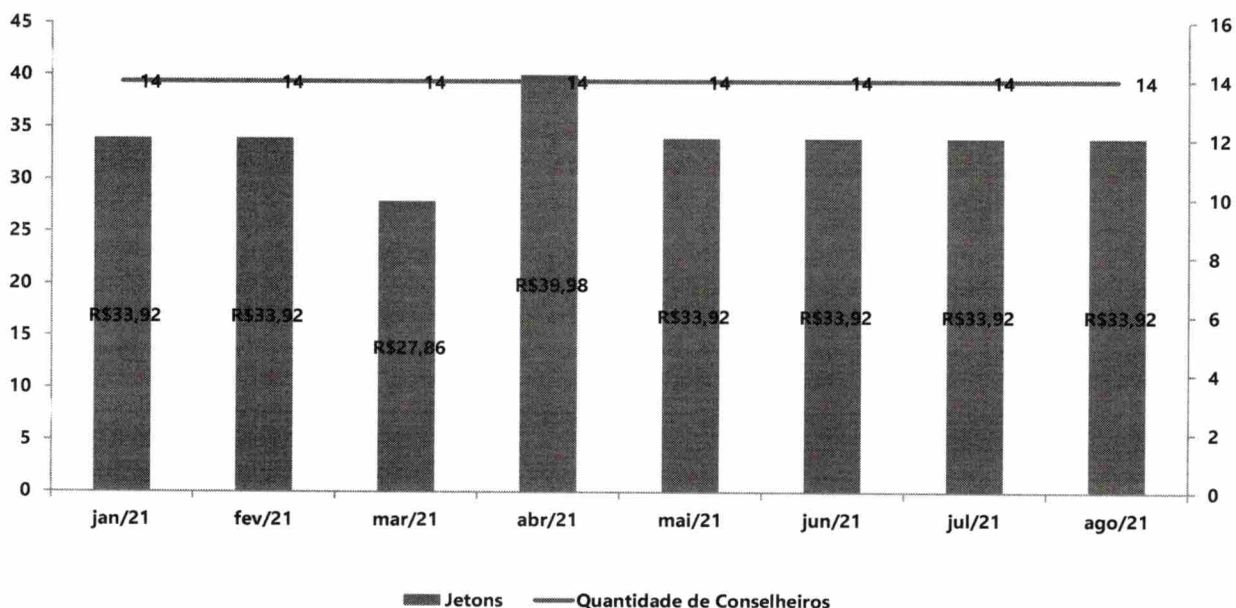
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento – Conselheiros

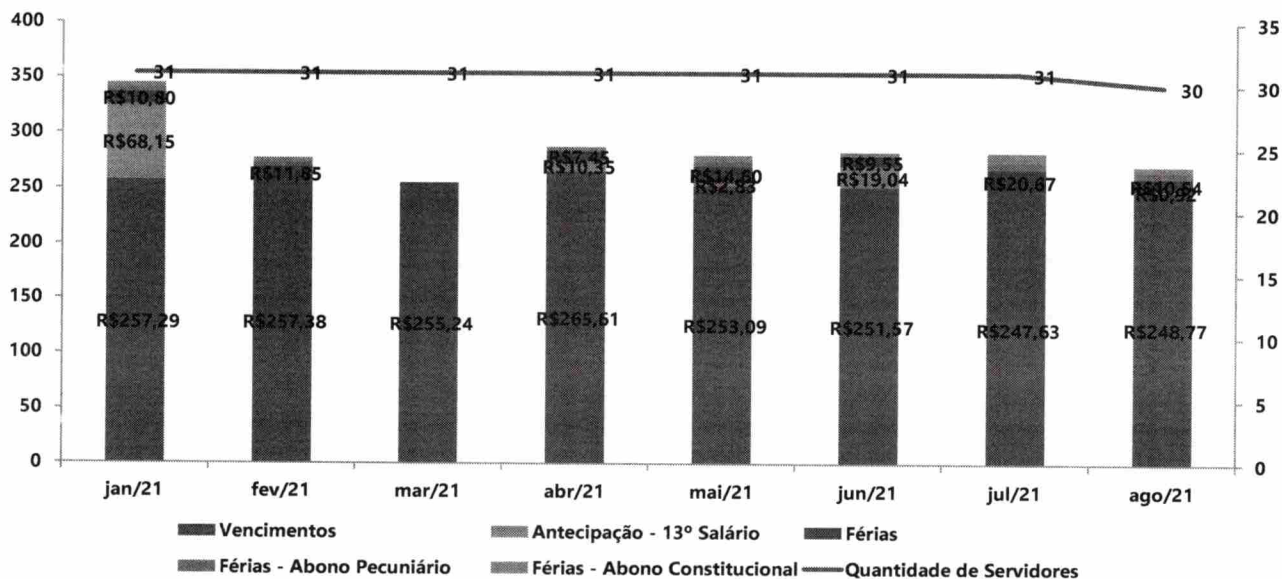
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS

### Folha de Pagamento – Servidores Ativos

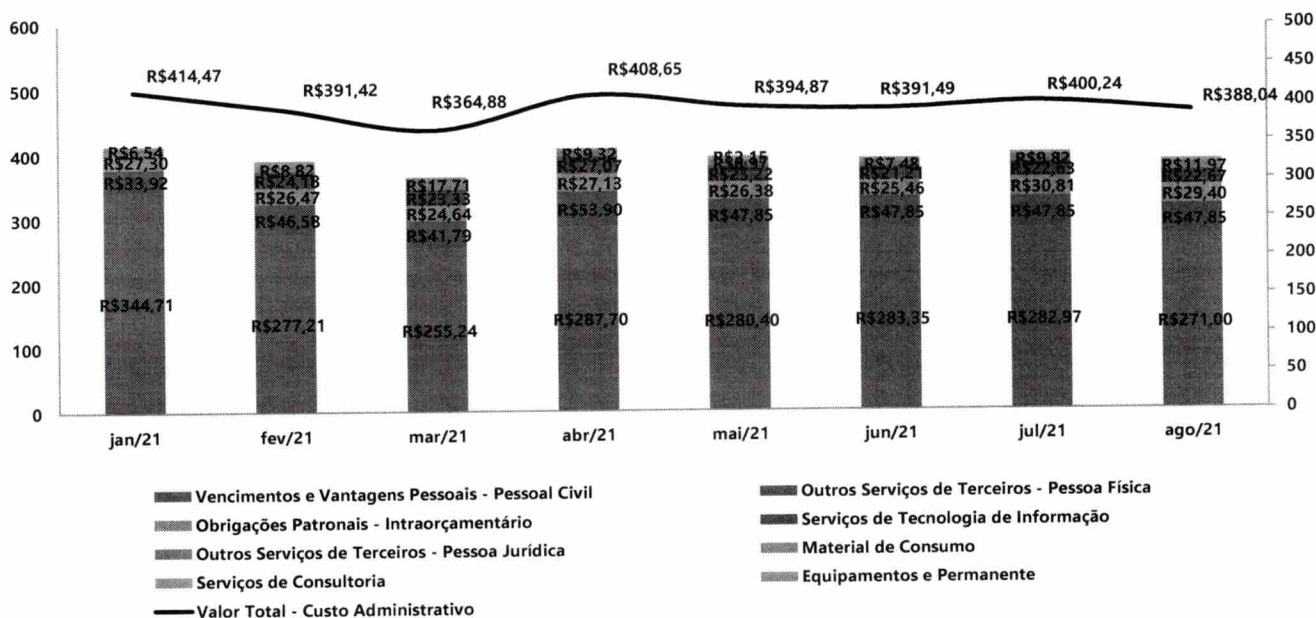
Evolução da quantidade e dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS

### Custo Administrativo

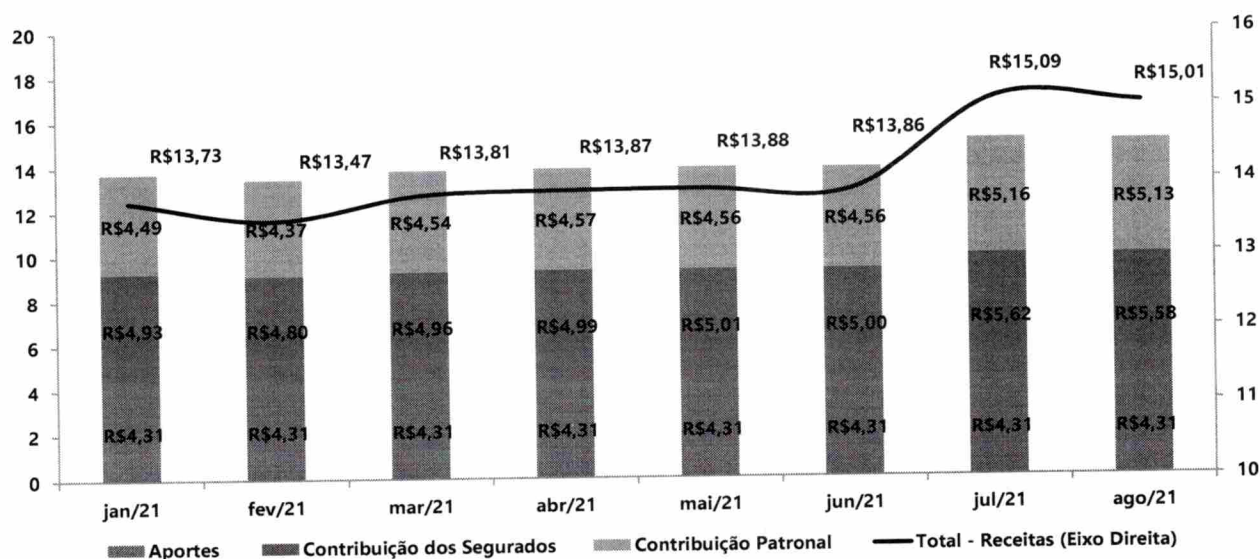
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## RECEITAS

### Repasses de Contribuições Previdenciárias

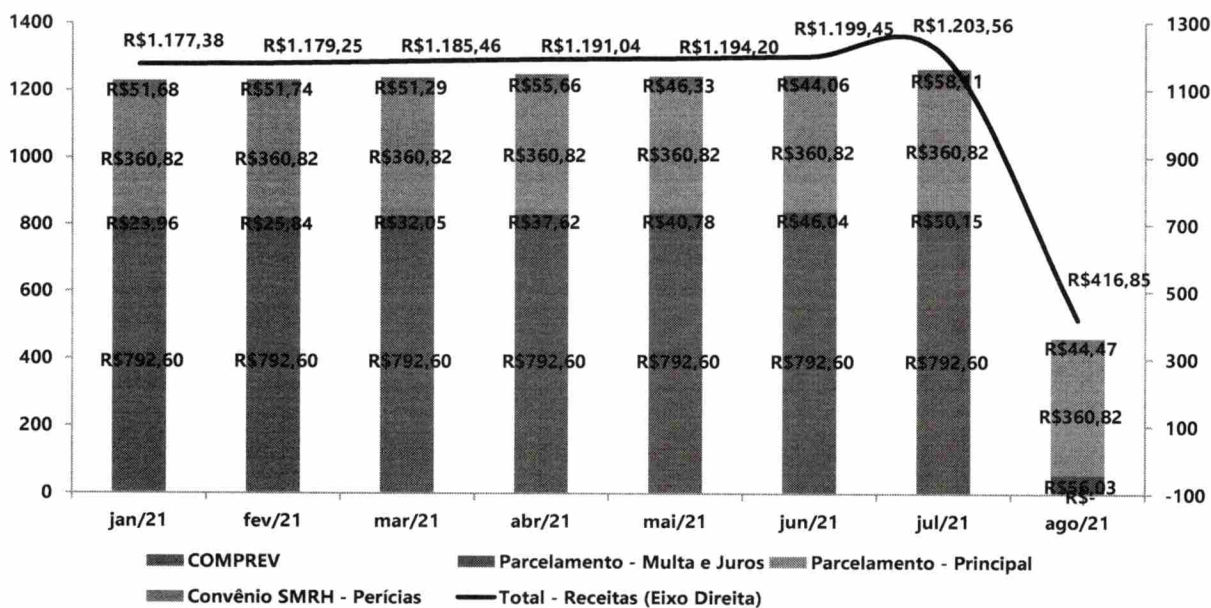
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes



## RECEITAS

### Compensação Previdenciária e Parcelamento de Débitos Patronais

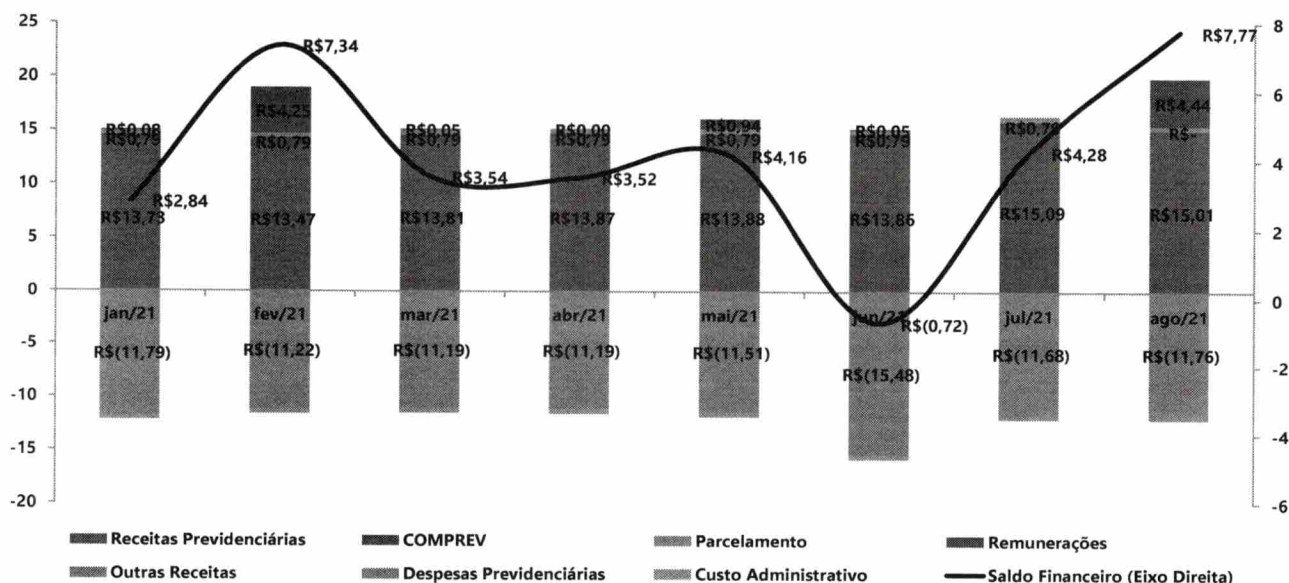
Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ mil correntes



## SALDO FINANCEIRO

### Relação entre Receitas e Despesas

Evolução dos valores pagos  
Valores em R\$ milhões correntes

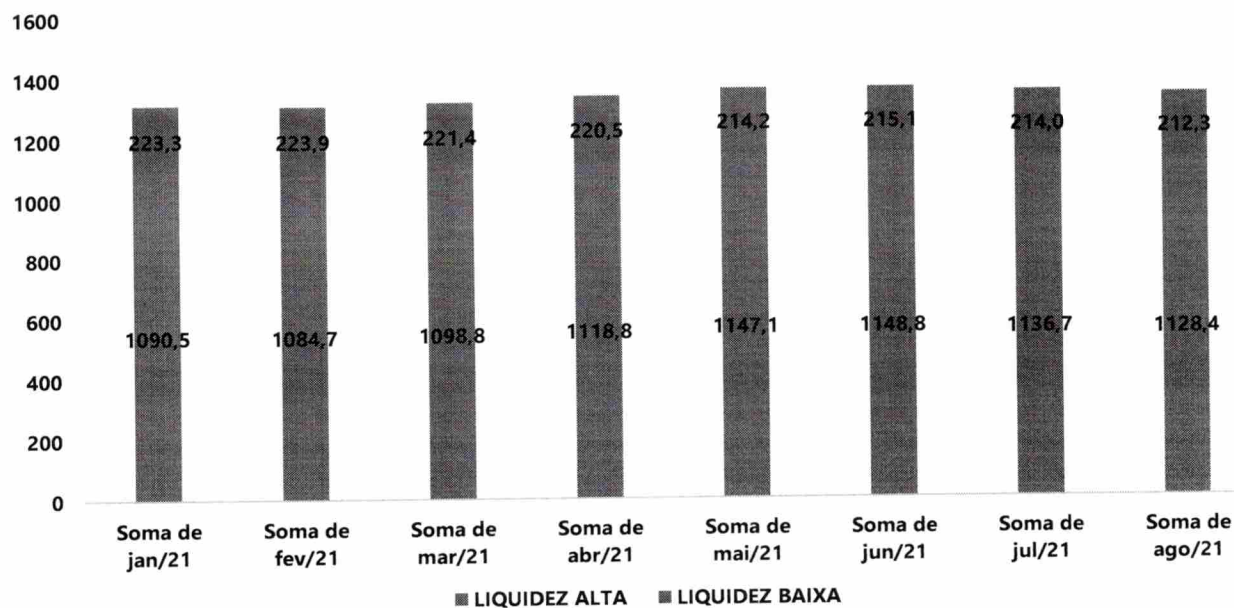




# Investimentos

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO Grau de Liquidez

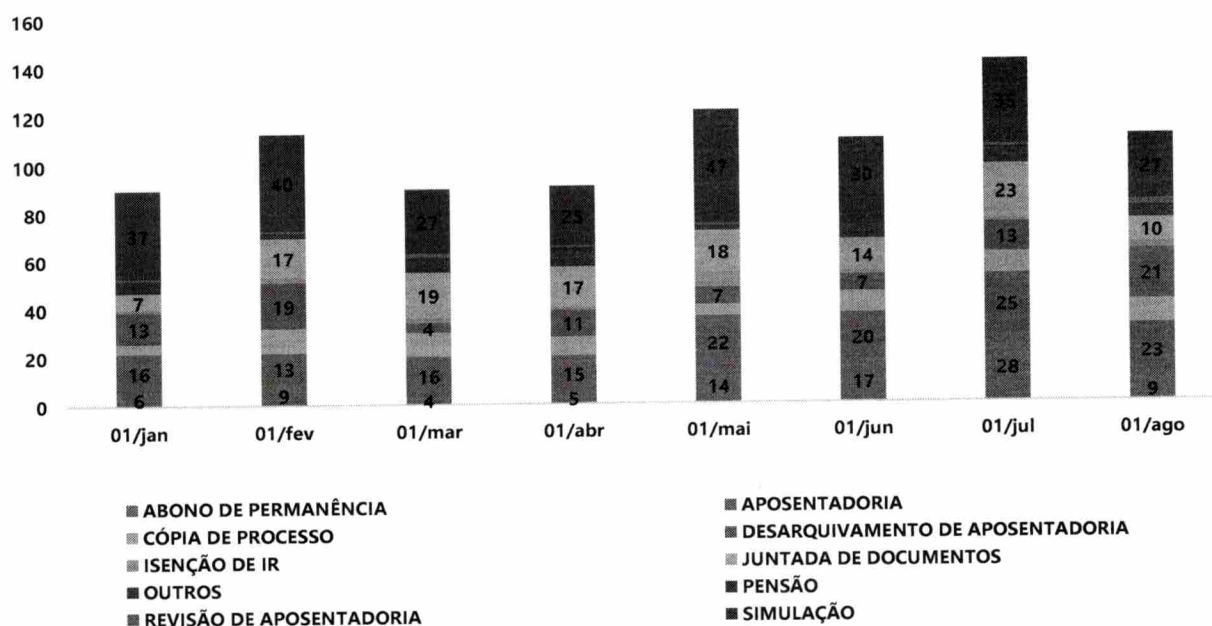
Valores em R\$ milhões correntes





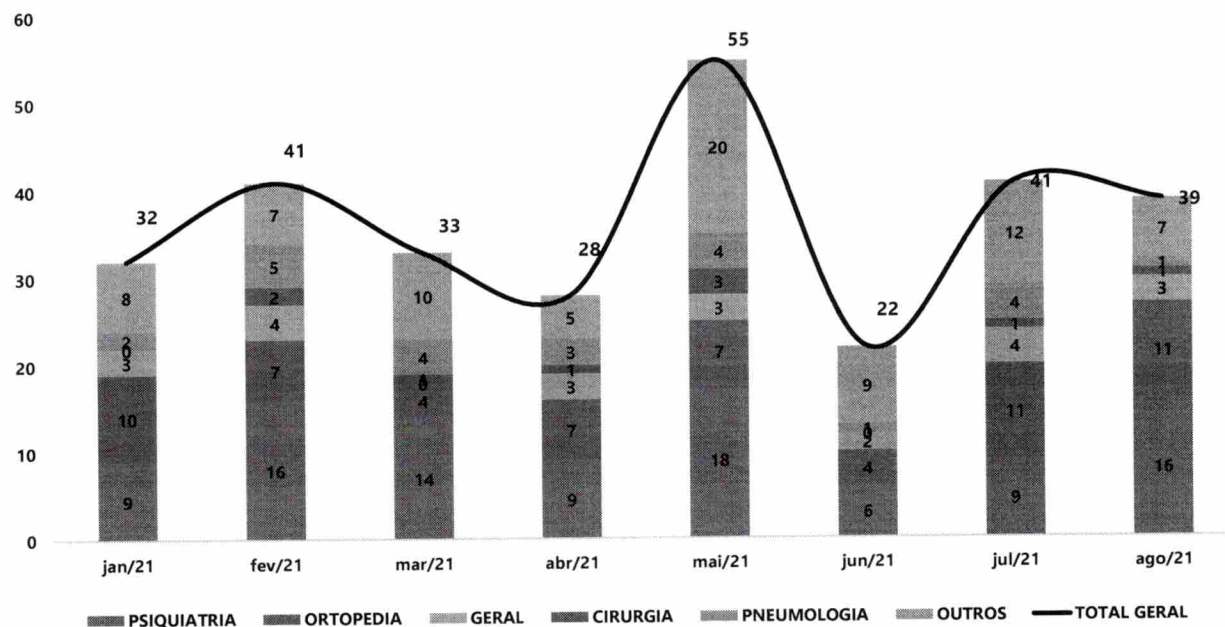
# Previdência e Perícia Médica

## PROTOCOLOS Quantidade Realizada

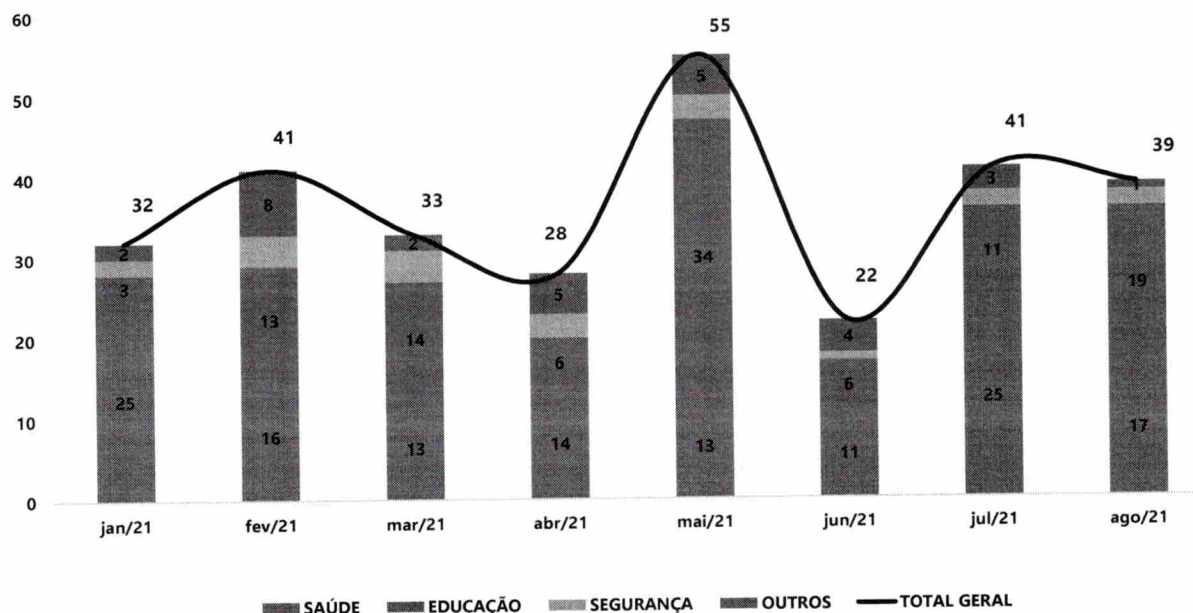




## AUXÍLIO DOENÇA Por Motivo



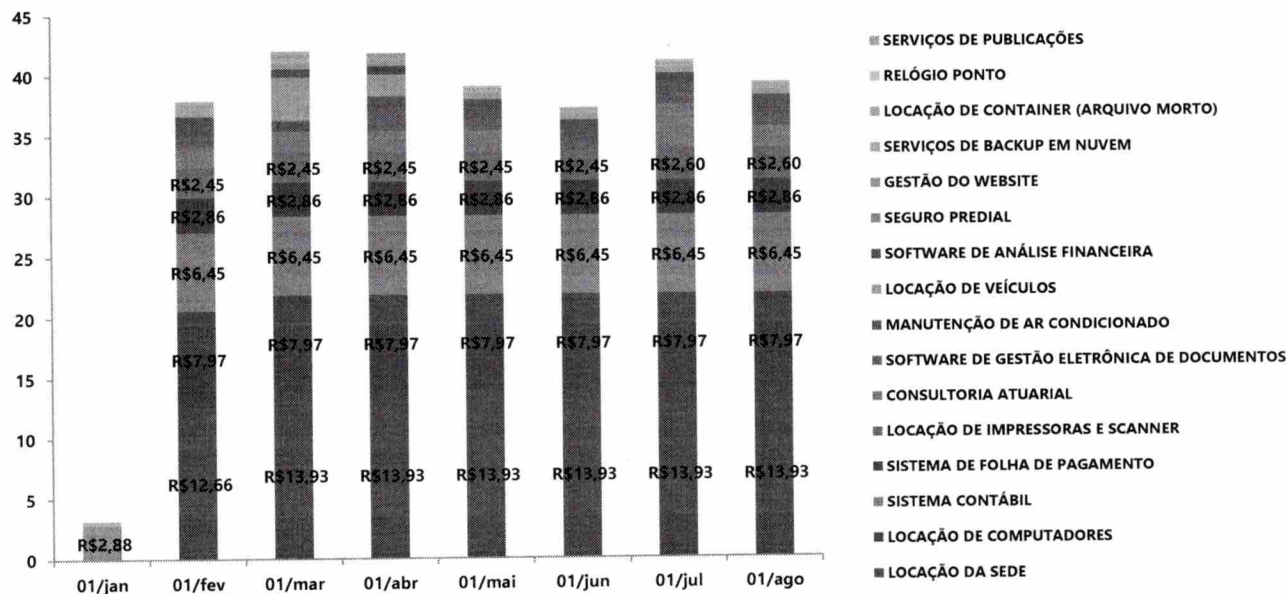
## AUXÍLIO DOENÇA Por Secretaria





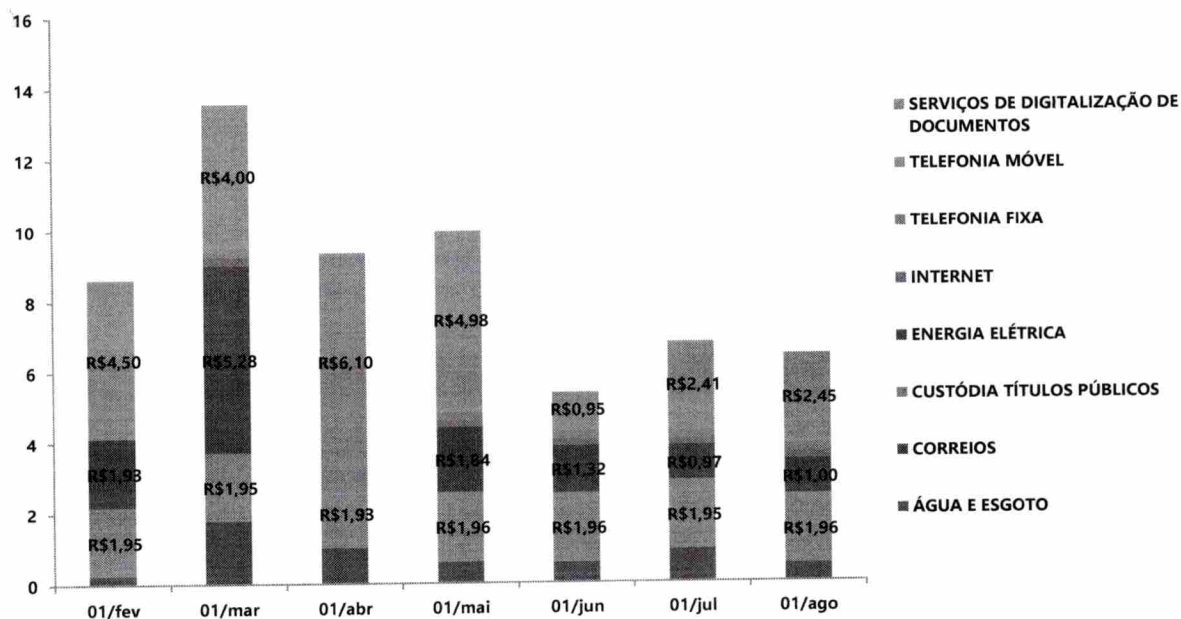
## CONTRATOS FIXOS

### Valores em R\$ mil correntes



## CONTRATOS VARIÁVEIS

### Valores em R\$ mil correntes



## DESPESAS TOTAIS COM FORNECEDORES

Valores em R\$ mil correntes

